

Ações coletivas

O departamento Jurídico patrocina e acompanha uma série de ações de interesse da categoria. Abaixo você pode ver a lista das principais ações coletivas (em nome de todos os associados). Além delas, o Jurídico também acompanha centenas de ações plúrimas (que envolvem grupos de servidores) e individuais.

Destacam-se entre as ações plúrimas o processo que pede o reenquadramento de servidores do TRE de acordo com a nova classificação da carreira, a cobrança do PSSS retroativo para servidores do TRT-2 e o reenquadramento no TRF-3.

Sindicâncias, procedimentos administrativos, casos de assédio moral e outras matérias cíveis, trabalhistas e administrativas também são acolhidas pelo sindicato.

Ações: *Atualização em 24 de janeiro de 2020.*

Processo nº	Origem	Assunto	Andamento
0026384-68.2010.4.01.3400	3ª VF/DF	Ação ordinária contra o desconto dos vencimentos dos servidores do TRE em decorrência de participação na greve em maio/2006.	Ação julgada procedente em 1ª Instância. Houve interposição de recurso e os autos estão no TRF, no gabinete da des. Gilda Sigmaringa Seixas desde 18.12.2014.
0047459-12.2000.4.03.6100	TRF-3	Isenção do IR sobre abono pecuniário.	Ação julgada procedente. Iniciada a execução, com a apresentação de cálculos.

0022673-30.2002.4.03.6100	TRF-3	Adicional de risco de vida para os oficiais de justiça de todos os ramos do tribunais.	Ação julgada improcedente em 1ª e 2ª instâncias. Embargos declaratórios rejeitados. Interposto recurso extraordinário, com denegação de seguimento. Aguarda julgamento de agravo interno.
0000292-57.2004.4.03.6100	22ª VF/SP	Incorporação dos Quintos – Gratificação incorporada dos servidores que tinham FC de abr/98 a set/01.	Ação julgada procedente, com decisão já transitada em julgado. Iniciada a execução do julgado, vários precatórios pagos em 2015 e prosseguimento da execução quanto aos demais valores devidos. Atualmente o processo encontra-se na Contadoria Judicial em vista da divergência de cálculos entre a União e o Sindicato.
0031531-74.2007.4.03.6100	TRF-3	13,23% – VPI.	Sentença procedente. Recurso apresentado pelas partes. Sentença mantida por decisão do TRF-3. Decisão reformada após apresentação de Reclamação pela União. Interpostos embargos declaratórios.

0016502-47.2008.4.03.6100	TRF-3	Não incidência do PSSS sobre FC – Oficiais de Justiça.	Sentença procedente. A União Federal recorreu. Mantida a sentença pelo TRF. Execução iniciada.
0003955-38.2009.4.03.6100	TRF-3	Incorporação da GAS aos agentes de segurança inativos.	Sentença improcedente. Foi interposto recurso de apelação. Autos conclusos ao Desembargador Wilson Zauhy Filho.
0011367-20.2009.4.03.6100	TRF-3	Pagamento da GAS retroativo a 01/06/06 aos agentes de segurança do TRE/SP.	Ação julgada improcedente. Foi interposto recurso de apelação pelo Sintrajud. Processo redistribuído ao desembargador Wilson Zauhy em 16/02/16.
0012738-19.2009.4.03.6100	1ª VF/SP	Pagamento de Adicional de Periculosidade aos servidores do TRE/SP que trabalharam na Al. Nothmann desde maio/2004 até hoje.	Julgado improcedente em 1ª instância, interposto recurso de apelação. Aguarda julgamento no TRF. Remessa de autos físicos ao gabinete do Desembargador Peixoto Junior.
0017314-55.2009.4.03.6100	8ª VF/SP	Anulação das portarias 01, 02 e 03/2007 da JF/SP, relacionadas às licenças médicas.	Sentença parcialmente procedente. Foram interpostos recursos de apelação pelo Sintrajud e União Federal. Sentença reformada pelo TRF-3. Interposto recurso especial pelo Sintrajud. Mantida decisão pelo STJ.

<p>0027998-45.2009.4.01.3400</p>	<p>9ª VF/DF</p>	<p>Não incidência de IR sobre abono de permanência.</p>	<p>Tutela antecipada deferida nos autos do agravo de instrumento nº 2009.01.00.059426-9. Sentença procedente. Em 01/06/2018, o TRF-1 mantém a sentença. União interpôs Recurso Especial. Em juízo de retratação a turma deu provimento à apelação interposta pela União.</p>
<p>MI 1311</p>	<p>STF</p>	<p>Mandado de Injunção para aposentadoria especial dos agentes de segurança filiados ao Sintrajud.</p>	<p>Concedida a ordem para garantir o direito dos servidores à aposentadoria especial à luz do art. 57 da Lei 8.213/91. A União após agravo regimental, que não foi acolhido pelo Tribunal. Também interpôs embargos declaratórios, igualmente rejeitados, em decisão proferida em agosto de 2015. Transito em julgado 12 de fevereiro de 2016.</p>

<p>MI 1309</p>	<p>STF</p>	<p>Mandado de Injunção para aposentadoria especial dos Oficiais de Justiça filiados ao Sintrajud.</p>	<p>Concedida a ordem para garantir o direito dos servidores à aposentadoria especial à luz do art. 57 da Lei 8.213/91. Em 29/03/2010 foi transitado em julgado, bem como proferido despacho para que se officie o impetrado e interessados.</p>
<p>MI 1314</p>	<p>STF</p>	<p>Mandado de Injunção para aposentadoria especial de servidores expostos à insalubridade.</p>	<p>Concedida a ordem para determinar à autoridade administrativa que analise o requerimento de aposentadoria especial à luz da Lei 8.213/91 e Decreto 3.048/1999. Trânsito em julgado em 13/09/2010.</p>
<p>MI 1658</p>	<p>STF</p>	<p>Mandado de Injunção para aposentadoria especial de portadores de necessidades especiais.</p>	<p>Em 07.03.2014 concedida a ordem para aposentadoria especial. Interposto agravo regimental para extensão da aposentadoria. Negado provimento ao agravo e interposto embargos declaratórios. Igualmente negado. Trânsito em julgado 1º de dezembro de 2015.</p>

0038000-74.2009.4.01.3400	6ª VF/DF	Afastamento da redução remuneratória dos Oficiais de Justiça, em função da integralização da GAE.	Sentença procedente. As partes interpuseram recurso, que aguarda julgamento desde 15/07/2013, no TRF-1. Em 30/04/2018 foi remetido para o gabinete do Desembargador José de Andrade Arapiraca.
0038001-59.2009.4.01.3400	16ª VF/DF	Isenção do IR sobre auxílio pré-escolar/creche.	Sentença procedente. Os autos estão conclusos no TRF com o Desembargador Ítalo Mendes, desde 10/05/2018, para apreciação do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A turma ratificou o julgamento e negou provimento ao recurso. Transito em julgado do acórdão em 04/07/2019. Aguarda descida dos autos para início de execução.
0001428-45.2011.4.03.6100	1ª VF/SP	Pagamento da Indenização de Transporte para os Oficiais de Justiça do TRT, que aderiram à greve de 2006.	Sentença improcedente. O TRF deu provimento ao recurso do Sintrajud. Processo de execução iniciado.

0061388-06.2009.4.01.3400	3ª VF/SP	Indenização de Transporte para os Oficiais de Justiça durante férias e demais afastamentos tidos como efetivo exercício.	Ação julgada improcedente em 1ª instância. O Sintrajud interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento no TRF-1 desde 02/03/2016.
009564-71.2010.4.01.3400	16ª VF/DF	Ação contra a cobrança do imposto sindical.	Sentença improcedente. Interposto recurso de apelação. Os autos estão conclusos desde 17/05/2013 com o Desembargador José Amilcar.
0025108-02.2010.4.01.3400	16ª VF/DF	Paridade salarial plena dos aposentados com os vencimentos dos servidores da ativa.	Sentença improcedente. Interposto recurso de apelação, o qual está pendente de julgamento desde 13/01/2015, no gabinete do Desembargador João Luiz de Sousa.
MS 29.305	STF	Artífices do TRT-2. Transposição do Cargo de Auxiliar para Técnico.	Em novembro de 2012 foi concedida a segurança e transitada em julgado ação que assegurou a reconhecimento desses servidores no cargo de técnico judiciário.
0000686-83.2012.4.03.6100	9ª VF/SP	Enquadramento dos Auxiliares da JF e TRF-3 no cargo de Técnico Judiciário.	Julgado improcedente em 1ª e 2ª instâncias e no STJ.

0001387-44.2012.4.03.6100	14ª VF/SP	Isenção e repetição do indébito das parcelas do PSSS incidentes sobre 1/3 de férias.	Ação julgada procedente em primeira instância. União interpôs embargos de declaração, igualmente rejeitados, e, posteriormente, interpôs recurso extraordinário.
0014633-10.2012.4.03.6100	24ª VF/SP	Ação contra divulgação dos salários dos servidores.	Tutela deferida e posteriormente cassada pelo Tribunal. Sentença com resolução de mérito: pedido improcedente.
0015665-50.2012.4.03.6100	25ª VF/SP	Equiparação – pagamentos retroativos dos valores do auxílio alimentação.	Julgada procedente em 1ª Instância. As partes apresentaram recurso. Julgado improcedente em 2ª instância. Interpostos recursos especial e extraordinário. Sobrestado para julgamento no STF do RE 710293.
0054124-64.2011.4.01.3400	4ª VF/DF	Isonomia de FC para Contadores do TRF-3.	Ação julgada improcedente em 1ª e 2ª instâncias. Interpostos recursos especial e extraordinário, ainda pendentes de julgamento.

0023657-28.2013.4.03.6100	26ª VF/SP	Pagamento das diferenças de horas extras para servidores do TRE (fator 175).	Ação julgada procedente em 1ª e 2ª instâncias. União Federal interpôs recurso especial, inadmitido, e o Sintrajud interpôs recurso extraordinário – igualmente inadmitido. Ambos agravaram e aguardam decisão.
0013599-63.2013.4.03.6100	12ª VF/SP	Pagamento da indenização de transporte aos Oficiais de Justiça que aderiram à greve de 2012, na JF.	Ação julgada procedente em 1ª e 2ª instâncias. União Federal interpôs recurso especial, inadmitido, e, posteriormente, interpôs agravo.
0061324-54.2013.4.01.3400	7ª VF/DF	Isenção de IR sobre terço de férias.	Conclusos para sentença desde 01/02/2018.
0011956-76.2013.4.01.3400	22ª VF/DF	Antecipação da Gratificação Natalina aos aposentados do TRT-2.	Julgado improcedente em 1ª Instância. Interposta a apelação. Processo conclusos para Desembargador Sigmaringa Seixas desde 08/09/2018.
0000175-23.2014.4.01.3400	1ª VF/DF	Afastar a quota de participação sobre o custeio do auxílio pré-escolar, devendo ser o benefício pago integralmente.	Julgada procedente. União interpôs recurso, que aguarda julgamento desde março de 2017.

0007915-26.2014.4.03.6100	21ª VF/SP	Quintos. Ação coletiva de grupo de servidores que não integrou a ação de 2004 (1º grupo).	Julgado improcedente em 1ª e 2ª instâncias. Interposto recurso especial. Conclusos para julgamento ministra Regina Helena Costa 20/08/2019.
5019729-08.2018.403.6100	10ª VF/SP	Quintos. Ação coletiva de grupo de servidores que não integrou a ação de 2004 (2º grupo).	Julgado improcedente em 1ª instância. Interposto recurso de apelação. Remetidos os autos (para processamento) para o gabinete do relator, Desembargador Wilson Zauhy, em 28/11/2018.
0008951-69.2015.4.03.6100	26ª VF/SP	Pagamento do reenquadramento	Procedente em 1ª Instância. Tribunal extinguiu, sem resolução de mérito. Sintrajud opôs embargos, rejeitados por unanimidade; recurso especial: não admitido e, então, o Sindicato agravou da decisão.

0015736-47.2015.4.03.6100	26ª VF/SP	Pagamento da indenização de transporte aos Oficiais de Justiça que aderiram à greve de 2014 (JF).	Improcedente em 1ª instância. Interposto recurso, a Primeira Turma do TRF-3 deu provimento à apelação do SINTRAJUD, para condenar a União Federal ao pagamento da indenização de transporte indevidamente descontada. Transitou em julgado em setembro de 2019. Aguarda descida para início de execução.
0000581-33.2017.4.03.6100	21ª Vara Cível/SP	Greve 2015 – Indenização de Transporte – Oficiais de Justiça – de jun a set/15.	Improcedente em 1ª Instância. Interposto recurso.
0020131-48.2016.4.03.6100	6ª Vara Cível/SP	Pagamento de FCs para os chefes de cartórios eleitorais.	Julgado improcedente em 1ª e 2ª instâncias. Interposto recurso especial.
0020132-33.2016.4.03.6100	2ª Vara Cível/SP	15,8% – Revisão Geral – anexo II da Lei 12.774/12.	Aguarda julgamento em 1ª instância. Sentença 22/08/2019.
0065224-40.2016.4.01.3400	22ª Vara Cível/DF	Pagamento do reajuste integral, desde junho de 2016, concedido pela Lei 13.317/16.	Processo extinto em 1ª instância, o Sintrajud interpôs recurso e aguarda julgamento.
5016651-40.2017.4.03.6100	4ª Vara Cível/SP	Afastar o reajuste de 75% do plano medico Amil no TRF e JF.	Aguarda julgamento em 1ª instância.
5026402-41.2017.4.03.6100	21ª Vara Cível/SP	Proibir a propaganda do governo sobre a reforma da previdência.	Processo extinto. Trânsito em julgado em 09/08/2019.

5007551-27.2018.4.03.6100	6ª Vara Cível/SP	Pagamento da VPI até a integralização da Lei 13.317/16	Pedido procedente em 1ª instância, a União opôs embargos que foram rejeitados e, então, interpôs recurso de apelação.
5013193-78.2018.4.03.6100	12ª Vara Cível/SP	Execução dos valores do PSSS irregularmente descontados pelo TRT-2 em 2004.	Apresentados os cálculos. União impugnou os cálculos, ambas as partes opuseram embargos.
10036987-69.2019.5.02.0000	TRT/Órgão especial	Mandado de segurança contra a suspensão de inscrições da creche.	Aguarda apreciação do pedido liminar.